CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 0414/87 (reautuado em 01/6/88)

INTERESSADA : LUANA SILVA RODRIGUES DE ARAÚJO

ASSUNTO : Requer autorização para matricular-se na 3ª série do 1º grau

RELATORA : Consª. Iara Glória Areias Prado

PARECER CEE : N° 976/88 - APROVADO 21/10/88 - Conselho Pleno

1. HISTÓRICO

1.1. Preliminarmente, à vista do contido neste processo, foi exarado o Parecer CEE 159/88, aprovado na sessão plenária de 16/3/88, por mim relatado, no qual determinou que se guardasse o pronunciamento final do Poder Judiciário, por ser esta a postura adotada por este Colegiado, enquanto a matéria se encontrar "sub judice".

A análise do caso e a emissão do citado Parecer decorreu da atitude do Sr. José Carlos Rodrigues de Araújo haver impetrado mandado de segurança contra a decisão do Senhor Delegado de Ensino, que negou pedido de matrícula na 3ª série do 1º grau à sua filha Luana Silva Rodrigues de Araújo, após ter cursado, apenas, um ano de Ciclo Básico.

Tendo sido concedida a medida liminar, em julho de 1987, a aluna foi matriculada na série solicitada, enquanto se aguardava o acórdão final.

1.2. De posse dos documentos do Poder Judiciário, o Sr. Delegado de Ensino de Adamantina, encaminhou ao Conselho Estadual de Educação, com entrada na Secção de Protocolo, em 04 de maio de 1988, xerocópias da sentença e do acórdão, extraídos dos autos de Mandado de Segurança impetrado por José Carlos Rodrigues de Araújo.

2. APRECIÇÃO

2.1. O Egrégio Tribunal de Justiça, pelo venerando acórdão em sua Quarta Câmara Civil e por votação unânime, negou provimento ao recurso interposto pelo impetrante. Estão contidas, no referido Acórdão as justificativas e (observações, cujas alegações são transcritas a seguir: "... apesar do carinho, da atenção e do prestígio com que os genitores de Luana cercam sua formação e educação, foi um grave erro sua matrícula na 3ª série do primeiro grau, que se fez precipitadamente,..." (grifos nossos). E continuando: "..., melhor teria sido, até mesmo com Vistas ao futuro da menor Luana, a observância da ordem natural das coisas e dos fatos. A precipitação delas, ainda que levadas pela melhor das intenções, poderá representa^ um elevado custo e um pesado fardo, no futuro que, para felicidade pessoal de Luana, espera-se nao ocorra."

Perante o fato consumado, isto é, a matrícula e frequência da aluna, na 3ª série do 1º grau, aquele Tribunal assim se posicionou:

"Mas, já agora, alcançando-se o final do ano letivo, já não se poderia mais cogitar de alterar a situação, pena de se produzir trauma imediato na menor, com repercussões ainda piores do que o mal, com reflexo mediato, já assinalado. Por isso, e exclusivamente nos interesses da menor, cumpre-se mantenha a sentença de primeiro grau." (grifos nossos).

Porém reconhecendo que a situação de irregularidade ainda permanece, visto que a menor frequentou, apenas, um ano do ciclo básico, o Tribunal de Justiça determinou as providências cabíveis no caso. A manifestação foi no seguinte teor:

"....tão logo passe em julgado a decisão, de verá oficial-se ao Delegado de Ensino para que, fundamentadamen te, encaminhe representação ao Egrégio Conselho Estadual de Educação

que, em sua superior análise, com apoio na experiência de seus ilustres membros e com auxílio, se necessário, de especialistas, determine a solução mais adequada, não apenas para a regularização efetiva dos atos escolares praticados, mas também traçando as diretrizes a serem observadas na complementação dos estudos da menor". (grifos nossos).

2.2. Em 09/6/88, a Assistência Técnica deste Colegiado solicitou à direção da EEPG Profa. "Fleurides Cavallini Menechio" informação a respeito da aluna quanto ao seu aproveitamento, em 1988. A menor está cursando a 4ª série e sua avaliação referente ao 1º bimestre é a seguinte:

Língua Portuguesa	A
Matemática	B
Ciências Físicas e Biológicas e	
Programas de Saúde	A
Estudos Sociais	A
Educação Artística	A
Educação Física	A

2.3. Cumprindo o que foi determinado pelo Egrégio Tribunal de Justiça, temos a considerar:

2.3.1. sobre as diretrizes a serem observadas na complementação dos estudos da menor, a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas já se manifestou, em 16/7/87, através da Informação Conjunta 92/87 SEE / Grupo do C.B (fls. 65 e 66).

A CENP, preocupada com o desempenho adequado da aluna, inclusive em sua vida escolar futura e com a medida desaconselhável de "queimar etapas", o Serviço de Educação Especial está encaminhando à escola, onde está matriculada a aluna Luana, juntamente com o serviço de 1º grau, alguns subsídios para orientação aos pais e professores, além de sugerir, entre outras medidas: ..."sempre que possível a escola deverá oferecer ao aluno, com notável desempenho, programas de enriquecimento curricular direcionados as necessidades educacionais que

ele apresenta, isto é, permitir que ele desenvolva seus talentos, sem grande preocupação com eles, mas comprometida, principalmente, com a formação global do aluno, com a formação harmoniosa da personalidade."

2.3.2. Sobre a legalização da vida escolar da aluna, cabe-nos convalidar sua matrícula na 3ª série do 1º grau, em 1987, bem como os demais atos escolares praticados, posteriormente, em decorrência dessa matrícula.

3. CONCLUSÃO

À vista do exposto, convalidam-se a matrícula de Luana Silva Rodrigues de Araújo, na 3ª série do 1º grau, em 1987, na EEPG "Profª. Fleurides Cavallini Menechino", de Adamantina, bem como os demais atos escolares, posteriormente praticados pela aluna, em decorrência dessa matrícula.

São Paulo, 26 de setembro de 1988.

a) Consª Iara Gloria Areias Prado

Relatora

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 26 de outubro de 1988

a) Cons^o Jorge Nagle

Presidente